

## 1. Introdução

Quando pensamos no centro de uma cidade, possivelmente imaginamos uma área urbanizada, onde ocorre uma maior concentração de serviços, de estabelecimentos comerciais, de circulação de pessoas, entre outras.

No município de Porto Alegre, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, a área delimitada pela 1ª Avenida Perimetral foi definida como sendo o centro da cidade segundo o Plano Diretor de mil novecentos e cinquenta e nove.

Atualmente, segundo dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, os limites do bairro Centro são a Av. José Loureiro da Silva, a Av. João Goulart até convergir com a Av. Mauá; desta até seu encontro com a Av. Presidente Castelo Branco; desta até seu encontro com o Largo Vespasiano Júlio Veppo; deste até o Complexo Viário Conceição (túnel, elevadas, acessos e Rua da Conceição) em seu prolongamento até a Rua Sarmiento Leite; desta até a Rua Engenheiro Luiz Englert; desta até seu encontro com a Avenida Perimetral e desta até a confluência da Avenida Loureiro da Silva. Esta área conta com uma população de quase trinta e sete mil moradores (IBGE).

Neste trabalho abordaremos a questão do comércio informal que ocupa algumas das principais ruas e praças do centro de Porto Alegre – em especial na Praça XV de novembro - assim como os projetos e ações da prefeitura municipal frente a estas ocupações.

Para tanto, transitamos com o paradigma da complexidade (MORIN, 2000). Um dos princípios que consideramos norteadores desta pesquisa é o Hologramático – em que o todo está inscrito nas partes, da mesma forma que estas estão inscritas no todo (JACOB, 1985; KOESTLER, 1978). Acreditamos que tais manifestações no espaço urbano de Porto Alegre – resultado da territorialização dos camelôs na Praça XV de novembro - reproduzem em uma pequena escala a lógica global do comércio informal. Na busca de entendermos tais fenômenos, trabalhos de campo se mostraram de fundamental relevância para a realização de entrevistas e registros fotográficos. Também foram feitos levantamentos em fontes de informação secundárias. Material cartográfico e imagens de satélite foram utilizados para a identificação da área de pesquisa.

Entendemos que a importância da Geografia na busca de compreendermos tais dinâmicas reside no fato de que uma análise baseada no espaço geográfico – aqui entendido como um conjunto indissociável de um sistema de objetos e de um sistema de ações (SANTOS, 1996) - nos ajuda a entender a territorialização do comércio informal em Porto Alegre. Este tipo de territorialização não é um fenômeno isolado, uma vez que é observada em várias cidades dos países periféricos do capitalismo, em especial na América Latina. Estes fenômenos parecem ser solidários na sua escala de origem, ou seja, a lógica global do trabalho e do comércio informais no sistema capitalista, que se configura numa totalidade e que incide ao mesmo tempo em diversos lugares – no caso nas aglomerações urbanas dos países capitalistas periféricos. A ligação entre estes fenômenos parece surgir do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O movimento que transforma a totalidade em multiplicidade a individualiza por meio das formas. Os fragmentos de totalidade ocupam os objetos sendo apenas um modo da totalidade, uma maneira de ser, reproduzindo o Todo e com sua existência se fazendo em relação ao Todo (SANTOS, 1996) – o que demonstra o holograma referente a esta porção do espaço que reflete e é refletido pelo/no Todo.

Vendo o espaço como um conjunto de objetos organizados e utilizados segundo diversas lógicas, entendemos que este redefine os objetos na medida em que os inclui num conjunto coerente que os obriga a agir em conjunto e solidariamente (Idem). Desta

forma, buscamos entender como o camelódromo – o Centro Popular de Compras (CPC), este novo objeto inserido no espaço urbano de Porto Alegre, poderá redefinir o espaço e o sistema local de relações. Além de tentar entender como os camelôs se posicionaram e agiram como grupo social frente à situação que lhes foi posta, influenciando até que ponto no planejamento do espaço urbano de Porto Alegre.

## 2. O Centro de Porto Alegre: tentativa de racionalização hegemônica de um espaço opaco

Grande parte dos camelôs de Porto Alegre estão hoje concentrados no centro da cidade. Os principais pontos de concentração são a Praça XV de Novembro, Rua José Montaury, Praça Otávio Rocha, Praça da Alfândega e, a partir das 19 horas, o calçadão da Rua dos Andradas. Nestes espaços deixados provisoriamente de lado pela racionalidade dominante, os camelôs foram exercendo sua territorialidade ao longo dos anos, através de diferentes estratégias de ocupação e uso do território. Isto foi possível, pois, ao observarmos a paisagem urbana, percebemos, assim como Milton Santos (1996), que ela associa e reúne diversas porções do tempo materializadas em diferentes momentos. Isto permite que diferentes sujeitos atuem social e economicamente de maneira diversa nestas frações do espaço. Assim, enquanto determinadas frações são áreas de ação da modernização globalizadora, outras frações, não modernizadas, são áreas de ação de sujeitos não hegemônicos.

A diversidade de conteúdos técnicos e socio-econômicos é o que garante a realização de atividades com diferentes níveis técnicos, de capital e de organização nas grandes cidades. Isto as permite acolher diversas formas de capital e de trabalho.

As atuais intervenções realizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre no centro da cidade fazem parte de um projeto mais amplo: o Programa Viva o Centro.

De acordo a página da *internet* da prefeitura de Porto Alegre, com uma série de intervenções (na paisagem, na recuperação de prédios e áreas públicas, no transporte coletivo e individual, na segurança, na moradia, no comércio informal, entre outras) este Programa iria valorizar o centro da cidade, uma vez que suas diferentes feições – se comparadas às demais áreas da cidade – teriam um potencial a ser estimulado, com vistas a reforçar e qualificar a atratividade nesta porção do espaço. Além de reconhecer e estimular o caráter predominantemente de comércio e serviços existente no Centro, outras potencialidades também compatíveis também poderiam ser estimuladas com o objetivo de melhorar as condições do bairro.

Pensamos, porém, que este discurso de “revitalização” do Centro da cidade encerre como objetivo principal a adaptação desta área da cidade para investimentos de capital privado, modernizando-a para torná-la um espaço da racionalidade hegemônica. A definição do centro da cidade contida na página de *internet* do programa Viva o Centro deixa transparecer esta intenção, ao afirmar que “O Centro pode ser definido como um local de diversidade, com inúmeras potencialidades, **capaz de assimilar as mudanças necessárias aos novos estágios de desenvolvimento da cidade**. Esta renovação o mantém vivo e como principal referência do povo gaúcho”<sup>1</sup>.

Desta forma, com o auxílio da ação do poder público municipal, a racionalidade dominante do capital pretende colocar mais um espaço da cidade ao alcance da ação hegemônica. O que hoje é opaco, irracional, precisa ser racionalizado. Nas palavras de Milton Santos:

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não-razoáveis. Objetivamente, pode dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. (SANTOS, 1996)

O projeto hegemônico para o centro de Porto Alegre pretende dotá-lo de maior densidade técnico-científica-informacional, com intervenções que o torne suficientemente equipado para exercer a racionalidade. Naturalmente os camelôs, com sua territorialidade, suas ações, estão fora deste projeto. Esta parte da cidade não deve mais contar com estes sujeitos, que devem orientar suas ações para espaços ainda opacos.

## 2.1. O Centro Popular de Compras

Localizado na Praça Ruy Barbosa, entre as avenidas Mauá e Voluntários da Pátria, o Centro Popular de Compras (popularmente chamado de camelódromo) - uma das principais intervenções urbanas da prefeitura de Porto Alegre – esteve em fase de construção em dois mil e sete e dois mil e oito - e têm sua inauguração prevista para o mês de fevereiro de dois mil e nove.

**Figura 1: localização do centro do município de Porto Alegre**



Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivãocentro>. 09/02/2009

Situado no bairro Centro, junto aos terminais de ônibus inter e intramunicipais, foi apresentado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) como a solução para a questão do comércio informal – que está instalado em diversas vias públicas da área central da Porto Alegre. O projeto teve como objetivo a reestruturação de uma parcela do espaço urbano central da cidade, no sentido de liberar a circulação nas ruas e calçadas hoje ocupadas por barracas de vendedores do comércio informal (camelôs). Com vinte mil metros de área construída, o Centro Popular de Compras também abrigará um terminal de ônibus em seu nível térreo, com 49 linhas sendo

deslocadas para este local. Assim, a expectativa da Prefeitura é de que o grande fluxo de pessoas neste local, proporcionado pelo terminal de ônibus, possibilite que parte destas pessoas se convertam em clientes para os camelôs que estarão localizados no piso superior.

Figura 2: esquema viário do centro de Porto Alegre antes do CPC.



Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivãocentro>. 09/02/2009

Transferir os vendedores informais para um local especificamente destinado aos camelôs irá reestruturar as relações espaciais existentes atualmente e reelaborar as territorialidades – aqui entendidas como estratégias espaciais que podem ser ativadas ou desativadas, podendo ser uma forma de comportamento espacial (SACK, 1986) – as formas espaciais e as relações entre os sujeitos envolvidos nas ações cotidianas da região central de Porto Alegre. Destacamos que as diferentes estratégias de poder sobre o espaço partem de diferentes sujeitos e resultam em diferentes organizações espaciais.

O Centro popular de Compras deve abrigar oitocentos comerciantes licenciados pela SMIC, sobre uma plataforma de dez mil metros quadrados situada na parte superior do terminal de ônibus da Praça Ruy Barbosa, e sua estrutura cruza a Avenida Júlio de Castilhos com uma passarela coberta até a Avenida Mauá.

Os comerciantes devem ocupar um *box* de cerca de quatro metros quadrados – podendo variar conforme a localização dentro do prédio – e devem conter pontos de luz, telefone, água, esgoto. O CPC deve abrigar também, lancherias, farmácia, agência bancária, sanitários e acesso para portadores de necessidades especiais. A data de abertura do CPC já sofreu algumas alterações, sendo sua inauguração prevista atualmente para o dia 5 de fevereiro de dois mil e nove.

## 2.2. Os camelôs e o CPC

A partir de entrevistas realizadas junto aos camelôs e ao chefe de fiscalização de comércio ambulante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), pudemos tecer algumas considerações a respeito da instalação do CPC.

Com relação às vantagens do camelódromo, parece haver uma concordância por parte dos camelôs que, ao transferirem suas atividades para esta nova estrutura, haveria

um ganho em segurança, tanto para os vendedores quanto para os clientes, que estariam mais protegidos em relação a furtos que acontecem nas imediações das áreas onde atualmente trabalham os camelôs. Desta forma, os clientes poderiam se sentir mais à vontade e realizar suas compras com tranquilidade.

A proteção contra fatores climáticos (chuva, vento) e poluição também parece ser uma vantagem reconhecida pelos camelôs, uma vez que a qualidade de vida no local de trabalho tendem a melhorar. Podemos observar isso nas palavras de um entrevistado que, ao se referir a esta questão, relata que “trabalhar um ano na rua nos envelhece dez”. Outros fatores citados foram a possibilidade de se trabalhar com cartões de crédito/débito, que devem aumentar as possibilidades de venda; o aumento da autoestima dos camelôs (uma vez que ao passarem a trabalhar num ambiente formal, ‘organizado’, eles deixariam de ter o estigma de camelôs, de serem vistos como um estorvo para a cidade e seriam reconhecidos pela população como ‘lojistas’); e a valorização de suas mercadorias (que deixariam de ser vistas como de qualidade inferior pelos clientes).

Entre as desvantagens citadas, os fatores mais apontados foram o custo das contas que terão que ser pagas à concessionária do camelódromo (cerca de 100 reais por semana), além de taxas adicionais de água, luz e segurança, que eles não pagavam trabalhando nas ruas. A possibilidade de queda nas vendas também é um fator de preocupação para os camelôs, já que com a mudança de local (o setor onde estarão localizados os *boxes* de vendas está localizado no piso superior do CPC) o tipo de cliente iria mudar de perfil. O cliente eventual, que passa na rua e compra por impulso, seria substituído por um cliente que iria buscar aquela tipo de mercadoria específica.

Segundo Walter Souza, chefe de fiscalização de comércio ambulante da SMIC, Esta mudança no perfil dos clientes pode ser algo positivo, pois as pessoas irão sair de suas casas com o objetivo específico de ir ao CPC para realizar suas compras. O fato de existir um estacionamento na cobertura do CPC também deveria ser encarado como positivo, pois o estacionamento seria um atrativo para os clientes, que teriam onde deixar seus automóveis e teriam as mesmas vantagens que os consumidores de um *shopping center* tem.

Contudo, questionamos se o perfil econômico dos clientes de um *shopping center* é o mesmo perfil da maior parte dos consumidores que realizam suas compras em bancas de camelôs. A existencia de um estacionamento realmente é para atender aos clientes, ou para atender as pessoas que se deslocam com automóveis nas proximidades do CPC e que teriam mais uma possibilidade de local para estacionar? Ou seria esta somente mais uma fonte de arrecadação da concessionária responsável pela administração do CPC? Vale ressaltar que concessionária obteve a concessão do CPC pelo período de vinte anos.

Outro ponto levantado foi que no CPC haveria uma maior concorrência entre os vendedores, pois o CPC vai juntar oitocentos camelôs de pontos diferentes da cidade em um mesmo espaço. Esta é uma questão interessante, pois o ponto onde os camelôs mais se concentram atualmente, a praça XV de novembro, conta com cerca de quatrocentos camelôs. Com a concentração de camelôs de pontos diferentes do centro (Rua José Montauray, Praça XV, Praça Otávio Rocha, Praça da Alfândega), que tem perfis diferentes e atingem clientes que passam por pontos diferentes do centro – também com objetivos diferentes – alguns camelôs temem que vá ocorrer um aumento de concorrência interna dentro do CPC.

Porém, quando questionados sobre a preferência em continuar na rua ou se transferir para o CPC, a resposta é quase unânime: a maioria dos camelôs preferiria continuar trabalhando nas ruas em seus pontos de venda atuais. Esta situação se dá

principalmente pelo aspecto financeiro. Muitos camelôs avaliam que terão queda no faturamento, pois de um lado, os custos associados ao CPC seriam muito maiores do que os custos da rua (onde tem que pagar depósitos, carregadores, armadores das estruturas metálicas e lonas das barracas de venda, algumas vezes também o aluguel do ponto para o 'proprietário' cadastrado na prefeitura), e de outro, as perspectivas de venda, sem os clientes eventuais, é de que haja uma queda, principalmente para os que trabalham com produtos de baixo valor. Segundo um camelô que trabalha com calças jeans, mesmo com sua intenção de aumentar o preço de sua mercadoria em vinte por cento, ele estima que seu faturamento pode chegar a ser a metade do que consegue hoje. De acordo com a estimativa deste mesmo vendedor, ao fim do primeiro ano, cerca de oitenta por cento dos camelôs não iriam conseguir se manter no CPC em função da diminuição do faturamento, enquanto os *boxes* seriam paulatinamente ocupados por filiais informais de lojas do centro da cidade.

As exceções seriam alguns camelôs idosos ou deficientes, que devido à sua condição física têm custos muito altos na rua, tendo que 'contratar' quase todos os serviços necessários à logística de suas barracas. Dentro do CPC, seus custos não seriam tão inferiores aos atuais e, no caso de serem titulares de licença da prefeitura, também não teriam que pagar a sublocação dos *boxes* no CPC.

A respeito do processo de implementação do CPC, segundo informações dos próprios camelôs, não houve um processo de negociação entre eles e a Prefeitura de Porto Alegre no sentido de se definir as principais etapas do projeto. O projeto já teria partido da prefeitura e teria sido apresentado pronto aos camelôs, que somente foram informados sobre o que estava previsto para eles, sem que pudessem participar da sua elaboração. Através de um acompanhamento do processo pela imprensa e por denúncias de vereadores, pode-se verificar que a empresa concessionária teve uma voz muito mais ativa neste processo do que os próprios camelôs. A participação dos camelôs se resumiu apenas a algumas reuniões com representantes da categoria com o objetivo de se decidir como seriam distribuídas as vagas dentro do CPC.

Desta forma, desde questões fundamentais como a construção ou não de um camelódromo, passando por questões como localização, estrutura interna da edificação e até mesmo o tamanho dos *boxes* não contaram com a opinião/participação dos camelôs.

Esta falta de negociação por parte da Prefeitura possivelmente foi facilitada pela falta de organização da categoria dos camelôs. De acordo com o que foi informado pelos camelôs, só existiria uma associação que representaria os camelôs da Praça da Alfândega. No entanto, na Praça da Alfândega o perfil dos camelôs é diferente, pois estes vendem artesanato e roupas de fabricação própria, além de possuírem estratégias diferentes para atrair seus clientes. Nas reuniões com a Prefeitura, alguns camelôs da praça XV chegaram a participar, porém o critério que estabeleceu quem seria o representante da categoria não ficou claro.

É interessante observarmos este ponto. Um conjunto de trabalhadores que atuam há mais de vinte anos no mesmo local, com interesses convergentes, dificuldades semelhantes, não estabeleceram uma organização representativa e consistente da classe, mesmo com informações de que a Prefeitura pretendia removê-los dali para um novo local (a intenção de construir um camelódromo já teria mais de dez anos, partindo da administração anterior de Porto Alegre).

Desta forma, a postura aparentemente passiva dos camelôs frente ao projeto governamental fica evidenciada quando, ao perguntarmos se o CPC se constituía numa conquista para os camelôs, as respostas variaram entre negativas ('Foi uma conquista para as construtoras, não para os camelôs'; 'para os camelôs a conquista seria ficar na

rua, mas nós somos minoria’) ou indiferentes em relação ao assunto, com uma postura relativamente passiva e conformista.

Para Santos (1996), a produção da racionalidade não se dá em todos os espaços de uma só vez, ela é limitada. E o processo de globalização acelera a tendência da cidade de criar excluídos e irracionais. Desta forma, associada à produção da racionalidade há uma grande produção de escassez, que leva os sujeitos excluídos da hegemonia a experimentarem um aprendizado e buscar outras racionalidades para garantir sua sobrevivência. O aprendizado estimularia uma produção política, que viria a ser um limite à racionalidade, tanto no sentido de contrariá-la como de determinar objetivos alternativos. Observamos, porém, que nem sempre esta experiência leva à crítica da racionalidade hegemônica, gerando ações.

Concordamos aqui com Souza (2002) que ao abordar a questão do protagonismo do planejamento e gestão urbanos, dapara-se com o fato de que muitos dos protagonistas potenciais estão imersos em conformismo. E aqui, mesmo que o CPC possa num primeiro instante melhorar alguns aspectos das condições de trabalho dos camelôs, a longo prazo isto não poderia ser entendido como uma melhora no desenvolvimento socio-espacial, pois o processo passou por uma infantilização dos camelôs, não refletindo uma politização que desencadeasse tomada de ação e um consequente ganho de autonomia nem para os camelôs e nem para o conjunto da população de Porto Alegre. Segundo o mencionado autor, “Grupos da sociedade devem buscar qualificar-se e organizar-se para planejar e gerir seus espaços (seus destinos), às vezes com o Estado (pressionando-o e conquistando parcerias autênticas e delegação de poder), às vezes à revelia do Estado e muitas vezes, contra o estado, resistindo.” (SOUZA, 2002). Ou na fala de Milton Santos “O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual.”

Outro indício da falta de mobilização para elaborar projetos de forma autônoma com o objetivo de disputar um projeto de cidade, de se contrapor à ação hegemônica, é que não existem maiores demandas por parte dos camelôs, não existe uma proposta de longo prazo, como por exemplo, resistir e continuar nas ruas. Quando questionados sobre que tipo de conquistas poderiam ter a longo prazo, as respostas se limitaram a mencionar questões pontuais como melhorias de infra-estrutura do CPC, diminuição do valor das taxas dentro do CPC e realizar um sistema de compras em cooperativa para baratear a mercadoria.

### **3. Considerações finais**

Cabem aqui algumas perguntas fundamentais: para que um camelódromo? Em que medida ele irá contribuir para o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre?

Em primeiro lugar, ao percebermos que o projeto do camelódromo faz parte de um programa maior, que planeja “revitalizar” o centro de Porto Alegre, entendemos que sua primeira função é a de retirar os camelôs das ruas do centro da cidade, de forma que suas contra-racionalidades não mais se interponham à racionalidade hegemônica. É importante observar que o camelódromo/CPC não deixa de ser uma apropriação de um pedaço do centro por uma empresa privada, que irá operar e administrar por vinte anos todas as atividades que ali se desenvolverão (com excessão do terminal de ônibus). Desta forma, através da cobrança de aluguel, taxas, estacionamento, definição de horários etc., toda a regulação deste espaço será feita pela concessionária, invertendo a situação anterior, quando a regulação do território era feita em grande parte pelos próprios camelôs, que exerciam sua territorialidade (agora perdida) nas ruas.

Em segundo lugar, como o projeto do camelódromo/CPC foi elaborado sem participação popular, entendemos que é questionável colocá-lo como uma intervenção que promove o desenvolvimento urbano do centro. A falta de mobilização dos camelôs facilitou a instalação do camelódromo pela prefeitura de cima para baixo, num processo que em nada contribuiu para estimular o debate político e o engajamento consciente por parte dos diretamente afetados. Desta forma, a categoria dos camelôs se submeteu passivamente a esta ação da prefeitura (em conjunto com o capital privado), que a apresenta à cidade em geral como uma benesse do poder público para aqueles pobres trabalhadores. Ou seja, mesmo que num momento imediato, algumas situações possam se apresentar mais favoráveis aos camelôs, no cômputo geral entendemos que, ao serem infantilizados, o camelódromo/CPC se configura em uma derrota para este grupo social.

## **Bibliografia**

MORIN, E. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: MARTINS, F. M., SILVA, J. M. da. Para Navegar no século 21. Porto Alegre, Sulina / PUCRS, 2000.

SACK, R. D. **Human Territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SOUZA, M. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Sítios consultados:

SMIC. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio: [www.portoalegre.rs.gov.br/smic](http://www.portoalegre.rs.gov.br/smic). Acesso em 09/02/2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Programa Viva o centro**. [www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/). Acesso em 09/02/2009.